

# Autopista Régis Bittencourt S.A.

## Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;
- Orçamento de Capital;



## **D E C L A R A Ç Ã O**

### **PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 05 de abril de 2010.

**Francisco Leonardo Moura da Costa**  
Diretor Adm. Financeiro e RI

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**Eneo Palazzi**  
Diretor Superintendente

**Luis Manuel Eusébio Iñigo**  
Diretor Presidente

## **DECLARAÇÃO**

### **PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 05 de Abril de 2010.

**Francisco Leonardo Moura da Costa**  
Diretor Adm. Financeiro e RI

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**Eneo Palazzi**  
Diretor Superintendente

**Luis Manuel Eusébio Iñigo**  
Diretor Presidente

# ***Autopista Régis Bittencourt S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2009 e de 2008  
(Em Fase Pré-operacional até  
28 de Dezembro de 2008) e  
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

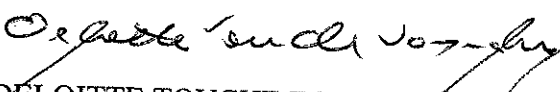
---

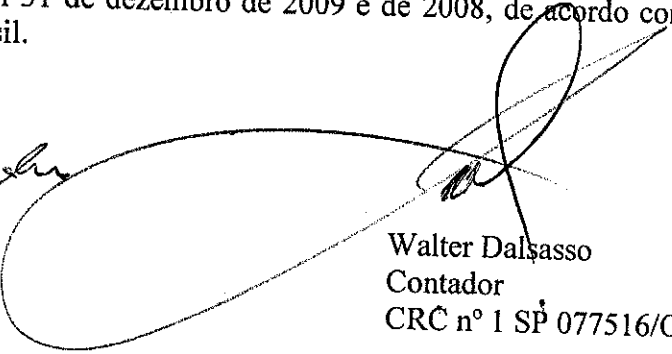
## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Autopista Régis Bittencourt S.A.  
Registro - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao período de 29 a 31 de dezembro de 2008 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações e o valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e período de 29 a 31 de dezembro de 2008 e as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 29 de janeiro de 2010

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Walter Dalzasso  
Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9

**AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	124.201	5.176	11	1.487	234
Contas a receber	4	7.878	73	15	13.667	-
Estoques	5	353	1.210	12	6.729	27.532
Impostos a recuperar	6	718	403	15	5.453	40.381
Despesas antecipadas	7	414	332	13	3.371	997
Outros créditos		77	13	14	4.029	4.728
Total do ativo circulante		<u>133.641</u>	<u>7.207</u>	17	<u>1.956</u>	<u>4.767</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Realizável a longo prazo-				18	760	703
Outros créditos					29	3
Imobilizado	8	319.237	200.876	19.c	1.793	23
Intangível	9	293	105		<u>39.274</u>	<u>79.368</u>
Diferido	10	36.284	39.641			
Total do ativo não circulante		<u>355.814</u>	<u>240.635</u>			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social				19.a	84.001	44.001
Reservas de lucros					5.754	76
Total do patrimônio líquido		<u>489.455</u>	<u>247.842</u>		<u>89.755</u>	<u>44.077</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>489.455</u></b>	<b><u>247.842</u></b>		<b><u>489.455</u></b>	<b><u>247.842</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Provisão para contingências	16				27	-
Empréstimos e financiamentos	11				241.399	3.018
Empréstimos de partes relacionadas	15				119.000	121.379
Total do passivo não circulante		<u>355.814</u>	<u>240.635</u>		<u>360.426</u>	<u>124.397</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
		<u>489.455</u>	<u>247.842</u>		<u>489.455</u>	<u>247.842</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E PERÍODO DE  
29 A 31 DEZEMBRO DE 2008 (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 2008)  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de pedágio		153.072	346
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(13.272)	(30)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>139.800</u>	<u>316</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(90.873)	(12)
LUCRO BRUTO		<u>48.927</u>	<u>304</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(12.836)	(157)
Honorários da Administração	15	(585)	(19)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>35.506</u>	<u>128</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	3.994	2
Despesas financeiras	20	(27.688)	-
		<u>(23.694)</u>	<u>2</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>11.812</u>	<u>130</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(4.364)	(31)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>7.448</u>	<u>99</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO POR AÇÃO - R\$	2.i	<u>0,089</u>	<u>0,002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	-	-	1
Aumento de capital:						
Em 6 de fevereiro de 2008		42.000	-	-	-	42.000
Em 22 de agosto de 2008		2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido do período de 29 a 31 de dezembro de 2008		-	-	-	99	99
Destinação do lucro líquido do período:						
Constituição de reserva legal	19.c	-	5	-	(5)	-
Dividendos propostos	19.c	-	-	-	(23)	(23)
Retenção de lucros	19.c	-	-	71	(71)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>44.001</u>	<u>5</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>44.077</u>
Aumento de capital:						
Em 15 de abril de 2009		36.000	-	-	-	36.000
Em 17 de julho de 2009		4.000	-	-	-	4.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.448	7.448
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	19.c	-	372	-	(372)	-
Dividendos propostos	19.c	-	-	-	(1.770)	(1.770)
Retenção de lucros	19.c	-	-	5.306	(5.306)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>84.001</u>	<u>377</u>	<u>5.377</u>	<u>-</u>	<u>89.755</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008.  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício/período	7.448	99
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício/período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	28.945	132
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	11.996	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14.788	-
Constituição de provisão para contingências	27	-
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(7.805)	(73)
Estoques	857	(1.210)
Impostos a recuperar	(315)	-
Despesas antecipadas	(82)	(332)
Outros créditos	(51)	(429)
	<u>(7.396)</u>	<u>(2.044)</u>
(Aumento) redução nos passivos:		
Fornecedores	(413)	4.452
Fornecedores - partes relacionadas	-	18
Cauções contratuais de fornecedores	(81)	-
Obrigações sociais	2.374	997
Obrigações fiscais	(1.005)	154
Taxa de fiscalização	57	703
Outras contas a pagar	26	3
	<u>958</u>	<u>6.327</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>56.766</u>	<u>4.514</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(199.381)	(129.778)
Aquisição de itens do intangível	(238)	(105)
Adições ao ativo diferido	-	(35.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(199.619)</u>	<u>(165.123)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captações de empréstimos e financiamentos	329.094	121.784
Integralização de capital	40.000	44.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(107.216)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>261.878</u>	<u>165.784</u>
<b>AUMENTO DE CAIXA E BANCOS E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>119.025</u>	<u>5.175</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.176	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	124.201	5.176
<b>AUMENTO DE CAIXA E BANCOS E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>119.025</u>	<u>5.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E PERÍODO DE  
29 A 31 DEZEMBRO DE 2008 (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 2008)  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	<u>153.072</u>	<u>346</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos de serviços prestados	(13.711)	(1)
Custo da concessão	(33.188)	(15)
Outros	<u>(9.610)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(56.509)</u>	<u>(17)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>96.563</u>	<u>329</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(28.945)	(132)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>67.618</u>	<u>197</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3.994	2
Outros (juros capitalizados)	2.259	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>73.871</u>	<u>199</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	14.944	11
Benefícios	2.889	3
FGTS	765	1
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	5.587	47
Municipais	7.685	17
Remuneração de capital de terceiros:		
Juros	14.788	-
Juros capitalizados	903	-
Outros	5.510	21
Remuneração de capital próprio:		
Juros sobre partes relacionadas	11.996	-
Juros capitalizados	1.356	-
Lucro líquido do exercício/período	<u>7.448</u>	<u>99</u>
	<u>73.871</u>	<u>199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração comercial do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 06, em conformidade com o Contrato de Concessão e com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceira faixa.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSO.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 31 de dezembro de 2009, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$1.362 milhões (informação não auditada). No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram gastos R\$199.619 (R\$129.883 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008) para os investimentos iniciais da infraestrutura da Sociedade.

Em 24 de dezembro de 2008, a Sociedade obteve da ANTT permissão para início da cobrança de pedágio nas praças de pedágio concluídas. Em 29 de dezembro de 2008, iniciou-se a cobrança nas praças de São Lourenço da Serra (P1) e Cajati (P4), em 22 de fevereiro de 2009 na praça de Jiquiá (P3), em 10 de março de 2009 na praça de Campina Grande do Sul (P6), em 23 de março de 2009 na praça de Miracatu (P2), e em 18 de maio de 2009 na Barra do Turvo (P5). Em 31 de dezembro de 2009, todas as praças de pedágio encontravam-se em operação.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao poder concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Adicionalmente, essas demonstrações financeiras incorporam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

### a) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por caixa, bancos e aplicações financeiras, as quais estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido do rendimento auferido até as datas dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

### b) Contas a receber

Representadas por valores de pedágio eletrônico a receber e apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para devedores duvidosos é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

### c) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros elegíveis à capitalização, deduzido das depreciações estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida-útil econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

d) Diferido

Composto por despesas pré-operacionais incorridas até 28 de dezembro de 2008 com a implantação da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. As amortizações mensais são computadas linearmente pelo prazo de dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, o registro das despesas pré-operacionais está sendo feito diretamente no resultado, como despesas operacionais, em virtude do determinado pela Lei nº 11.941/09.

e) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, atualizados monetariamente pelas variações monetárias e acréscimos de juros conforme disposições contratuais, incorridos até as datas dos balanços. Os juros e demais encargos são apropriados ao resultado, exceto quando elegíveis para capitalização ao imobilizado.

f) Provisão para contingências

Registrada com base na opinião da Administração da Sociedade e dos seus advogados no montante das perdas prováveis em relação aos processos em aberto nas datas dos balanços.

g) Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços.

h) Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas em consonância com os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

i) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

j) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, aos prazos de realização dos valores registrados no diferido e à constituição de provisão para contingências.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa	1.089	464
Bancos - conta movimento	<u>399</u>	<u>4.526</u>
	1.488	4.990
Aplicações financeiras	<u>122.713</u>	<u>186</u>
	<u>124.201</u>	<u>5.176</u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de renda fixa em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas lastreadas em debêntures, todas com possibilidade de resgate inferior a 90 dias, sem perda de valor. As operações compromissadas e os CDBs apresentam rentabilidade entre 100% e 102% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI.

## 4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Pedágio eletrônico a receber	6.725	57
Cupons de pedágio a receber	920	6
Visa Vale	<u>233</u>	<u>10</u>
	<u>7.878</u>	<u>73</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para devedores duvidosos.

## 5. ESTOQUES

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Defensa semimaleável simples galvanizada e outras defensas	132	733
Tachão bidirecional	64	131
Tinta para demarcação viária	-	74
Cone obra	22	43
Microesferas e outros itens	<u>135</u>	<u>229</u>
	<u>353</u>	<u>1.210</u>

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Imposto de renda e contribuição social - antecipações	6	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	704	403
Outros impostos a recuperar	<u>8</u>	<u>-</u>
	<u>718</u>	<u>403</u>

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Prêmios de seguros a apropriar	405	309
Outras	<u>9</u>	<u>23</u>
	<u>414</u>	<u>332</u>

## 8. IMOBILIZADO

É composto por:

	Taxa anual média ponderada de depreciação - %	Custo	31/12/2009		31/12/2008	
			Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	8	221.090	(14.817)	206.273	97.286	
Pavimentos e recapeamentos	17	88.009	(12.308)	75.701	31.549	
Equipamentos mobiliários	17	1.013	(188)	825	538	
Móveis, utensílios e instalações	10	1.713	(192)	1.521	1.524	
Outras imobilizações	10	27.819	(2.566)	25.253	21.199	
Benfeitorias em bens de terceiros	10	1	-	1	1	
Obras em andamento	-	7.387	-	7.387	48.302	
Adiantamento a fornecedores	-	<u>2.276</u>	-	<u>2.276</u>	<u>477</u>	
		<u>349.308</u>	<u>(30.071)</u>	<u>319.237</u>	<u>200.876</u>	

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas (amortizadas) com base no período remanescente do Contrato de Concessão.

Os equipamentos adquiridos através da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e instalados nas praças de pedágio foram dados em garantia de referidos financiamentos (vide nota explicativa nº 11).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram capitalizados R\$2.259 de encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos bens do ativo imobilizado. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2008	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2009
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	99.221	35.216	86.653	221.090
Pavimentos e recapeamentos	33.883	43.554	10.572	88.009
Equipamentos mobiliários	588	358	67	1.013
Móveis, utensílios e instalações	1.549	98	66	1.713
Outras imobilizações	21.388	3.550	2.881	27.819
Benfeitorias em bens de terceiros	1	-	-	1
Obras em andamento	48.302	60.781	(101.696)	7.387
Adiantamento a fornecedores	477	342	1.457	2.276
(-) Depreciação acumulada	(4.533)	(25.538)	-	(30.071)
	<u>200.876</u>	<u>118.361</u>	<u>-</u>	<u>319.237</u>

## 9. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2009		31/12/2008
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	20	<u>357</u>	<u>64</u>	<u>293</u>
				<u>105</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as amortizações alocadas às despesas operacionais foram de R\$64.

## 10. DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$36.284 (R\$39.641 em 31 de dezembro de 2008) é representado pelos gastos pré-operacionais com estudos de viabilidade, valores incorridos em reformas da rodovia e faixa de domínio necessárias para equalização de problemas emergenciais, além de outros gastos incorridos durante a fase de implantação das operações, líquidos da amortização reconhecida a partir de 29 de dezembro de 2008, quando duas praças de pedágio iniciaram as operações, sendo elas São Lourenço da Serra (P1) e Cajati (P4).

Conforme análise de volume de tráfego efetuado pela Sociedade, as praças de São Lourenço da Serra (P1), Miracatu (P2), Juquiá (P3), Cajati (P4), Barra do Turvo (P5) e Campina Grande do Sul (P6), representam, respectivamente, 17%, 14%, 18%, 18%, 17% e 16% de todo o volume de tráfego esperado para a concessão. Em 31 de dezembro de 2009, 100% do diferido estava sujeito à amortização a uma taxa de 10% ao ano, tendo sido registrados R\$3.357 em 2009 (R\$12 em 2008).



A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos valores apresentados como ativo diferido. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	Vencimento final	31/12/2009		31/12/2008	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Banco Santander S.A. - subcrédito "A" (a)	TJLP +3,58%	Janeiro de 2011	780	191.261	-	-
BNDES - Banco Santander S.A. - subcrédito "B" (b)	TJLP + 2,8%	Janeiro de 2011	127	46.748	-	-
BNDES - Banco Santander S.A. - subcrédito "H" (c)	TJLP + 2,8%	Janeiro de 2011	-	89	-	-
BNDES - Banco Santander S.A. - subcrédito "I" (c)	TJLP + 2,8%	Janeiro de 2011	-	178	-	-
Banco Votorantim - Finame (d)	TJLP + 2,6%	Fevereiro de 2014	1.133	3.123	234	3.018
Encargos financeiros antecipados			(553)	-	-	-
			<u>1.487</u>	<u>241.399</u>	<u>234</u>	<u>3.018</u>

- (a) Em junho de 2009 houve a abertura de créditos perante o BNDES, divididos em nove subcréditos, sendo o primeiro ("A") recebido em 26 de junho de 2009, por meio do Banco Santander S.A. O crédito é destinado a "Serviços Iniciais" e de "Recuperação", destinados a obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, obras-de-arte especiais, obras-de-arte correntes, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, sistemas elétricos e de iluminação; "Obras de Melhoria e Ampliação", referentes às barreiras de concreto e pórticos; "Operação da Rodovia", em relação à implantação das praças de pedágio, e sistemas de atendimento ao usuário, equipamentos, materiais e sua instalação; "Projeto"; "Cadastro"; e "Despesas pré-operacionais". Os juros serão exigidos trimestralmente, no período compreendido entre 15 de junho de 2009 e 15 de dezembro de 2010, e a amortização do principal ocorrerá 15 de janeiro de 2011, em parcela única.
- (b) Em setembro, outubro e dezembro de 2009 ocorreram liberações parciais do subcrédito denominado "B", "Recuperação", destinado às obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, obras-de-arte especiais, obras-de-arte correntes, terraplenos, estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio, sistemas elétricos e de iluminação; "Obras de Melhoria e Ampliação", referentes às barreiras de concreto e pórticos; "Operação da Rodovia", em relação à implantação das praças de pedágio e sistemas de atendimento ao usuário, equipamentos, materiais e sua instalação; "Projeto"; e "Cadastro". A liberação ocorreu por meio do Banco Santander S.A. Os juros serão exigidos trimestralmente, no período compreendido entre 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, e a amortização do principal ocorrerá em 17 de janeiro de 2011, em parcela única.
- (c) Em dezembro de 2009 ocorreu liberação de parte do subcrédito "H", "Edificações" do posto de fiscalização, sede e centro de controle de operação, e subcrédito "I"; "Sistemas de Pesagem", balanças fixas e móveis. A liberação ocorreu por meio do Banco Santander S.A. Os juros serão exigidos trimestralmente, no período compreendido entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, e a amortização do principal ocorrerá em 17 de janeiro de 2011, em parcela única.
- (d) Esses financiamentos têm como objetivo financiar as aquisições e instalações de equipamentos nas praças de pedágio. O vencimento da última parcela ocorrerá em 16 de fevereiro de 2014. Os contratos de empréstimos apresentam diferentes períodos de carência para pagamento do principal. Os financiamentos estão garantidos por notas promissórias que equivalem a 130% do valor total do principal devido e pelos bens objeto da operação.

Os próximos créditos estarão disponíveis mediante o cumprimento das condições suspensivas estabelecidas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2009, a parcela do não circulante dos empréstimos e financiamentos tem os seguintes vencimentos:

	<u>R\$</u>
2011	239.409
2012	1.133
2013	853
2014	<u>4</u>
	<u>241.399</u>

Os empréstimos obtidos com o BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que implicam vencimento imediato no caso de descumprimento das seguintes condições:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações nos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas, em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato.

Do acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições a capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.

- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a cinco vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral auditado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

## 12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$6.729 refere-se a fornecedores e prestadores de serviços (R\$27.532 em 31 de dezembro de 2008), relacionados predominantemente com a concessão, e incluem gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

## 13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Provisão para férias	1.279	511
Gratificações e participações a pagar (*)	976	-
Encargos sociais e previdenciários	712	282
Outras obrigações	<u>404</u>	<u>204</u>
	<u>3.371</u>	<u>997</u>

(\*) Refere-se à provisão para participação nos lucros e resultados de seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. As metas são como segue:

- Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos o tempo real trabalhado no período, o absentéismo, as advertências e as suspensões, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

## 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Imposto de renda	1.322	20
Contribuição social	505	12
ISS	1.139	2.130
IRRF	57	527
PIS	115	2
COFINS	530	10
PIS, COFINS, CSLL e INSS de terceiros	<u>361</u>	<u>2.027</u>
	<u>4.029</u>	<u>4.728</u>

## 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são, basicamente, mercantis e relacionadas a contrato de serviços de construção, execução de obras, aluguéis e mútuo para capital de giro.

As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 com a controladora e outras partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2009					
	Fornecedores					
	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Outros serviços	Dividendos propostos	Circulante	Não circulante
Partes relacionadas:						
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	-	1.754	1.793	13.667	119.000
Paulista Infra Estrutura Ltda. (b)	-	642	-	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	94	2.484	-	-	-	-
Latina Sinalização de Rodovias. Ltda. (b)	-	479	-	-	-	-
	<u>94</u>	<u>3.605</u>	<u>1.754</u>	<u>1.793</u>	<u>13.677</u>	<u>119.000</u>

	31/12/2008			
	Fornecedores			
	Execução de obras	Outro serviços	Dividendos propostos	Não circulante
Partes relacionadas:				
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	1.785	23	121.379
Paulista Infra Estrutura Ltda. (b)	18.993	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	19.585	-	-	-
Autopista Fernão Dias S.A.	-	1	-	-
Centrovias Sistema Rodoviário S.A. (b)	-	17	-	-
	<u>38.578</u>	<u>1.803</u>	<u>23</u>	<u>121.379</u>

- (a) Representa mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% do CDI mais 1,037% ao ano. As demais operações com a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação dela no processo de licitação da concessão e notas de débito referentes a despesas advocatícias e outras similares. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor		31/12/2008
				31/12/2009		
				Circulante	Não circulante	
29/08/2008	Fevereiro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	11.000	1.521	11.000	11.454
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	1.090	8.000	8.316
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	128	1.000	1.032
29/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	11.000	1.401	11.000	11.355
29/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	4.000	510	4.000	4.125
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	873	7.000	7.203
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	17.000	1.988	17.000	17.371
05/11/2008	Maió de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	793	7.000	7.131
27/11/2008	Maió de 2012	CDI + 1,037% a.a.	22.000	2.316	22.000	22.245
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	716	7.000	7.058
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	24.000	2.331	24.000	24.089
			<u>119.000</u>	<u>13.667</u>	<u>119.000</u>	<u>121.379</u>

- (b) Referem-se a prestações de serviços direcionadas à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida à Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

#### Custo dos serviços prestados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade incorreu em gastos com serviços de conservação de rotina perante a Latina Manutenção de Rodovias Ltda., no montante de R\$2.455, os quais foram alocados na rubrica "Custo dos serviços prestados".

O montante de remuneração pago pela Sociedade a seus administradores totalizou R\$585 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (R\$19 em 31 de dezembro de 2008). Esse valor corresponde basicamente à remuneração da Diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade, tampouco possuem benefícios indiretos significativos.

## 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão de R\$27, constituída em 2009, refere-se a processos cíveis para os quais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Sociedade, que consideram as chances de perdas prováveis, foi constituída provisão para contingências em montante considerado necessário para cobrir as perdas que possam advir do desfecho dos processos.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em outros processos cíveis em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos totalizam R\$1.761 em 31 de dezembro de 2009.

## 17. CAUÇÕES CONTRATUAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Retenções de 5% referentes a prestadores de serviços	<u>1.956</u>	<u>4.767</u>

Representam a retenção de 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, a qual será paga após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade.

## 18. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$760 (R\$703 em 31 de dezembro de 2008) é representado pela verba da fiscalização paga mensalmente, desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2008, conforme mencionado na nota explicativa nº 24.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2009 está representado por 84.001.000 ações ordinárias nominativas (44.001.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2008), sem valor nominal, conforme segue:

	Participação acionária - %	Quantidade de ações	
		<u>Subscritas</u>	<u>Integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	99,9999	84.000.999	84.000.999
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	<u>0,0001</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>100,0000</u>	<u>84.001.000</u>	<u>84.001.000</u>

- b) O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. O eventual saldo remanescente de lucro líquido será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.
- c) O cálculo dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2009 está demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício	7.448
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(372)</u>
Base de cálculo para dividendos	7.076
Dividendos mínimos obrigatórios - %	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	<u>(1.770)</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício, no valor de R\$5.306, foi transferido para a conta "Reserva de retenção de lucros", considerando o início das operações da Sociedade, mantido para os investimentos, conforme proposto pela Diretoria.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

No exercício e período findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, está representado por:

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	92	-
Sobre aplicações financeiras	<u>3.902</u>	<u>2</u>
	<u>3.994</u>	<u>2</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	26.762	-
Outras despesas	<u>926</u>	<u>-</u>
	<u>27.688</u>	<u>-</u>

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é como segue:

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	11.812	130
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa calculada à alíquota vigente	4.016	44
Efeito sobre adições (exclusões) efetuadas-		
Provisões temporariamente indedutíveis	<u>348</u>	<u>(13)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>4.364</u>	<u>31</u>

Os créditos tributários relativos às provisões temporariamente dedutíveis serão registrados quando de sua realização.

## 22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa pago durante o exercício referente a:		
Juros	14.775	-
Imposto de renda e contribuição social	2.026	-
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa- Compra de bens do ativo imobilizado e itens do diferido e do intangível registrada em obrigações	8.643	75.631

23. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, é obrigação da Sociedade manter em vigor, durante todo o prazo de duração da concessão, apólices de seguro em valor suficiente para garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à concessão, em consonância com o Programa de Seguros apresentado pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2009, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
	Seguro garantia	106.704
	Seguro de veículos	200
		<u>292.004</u>

24. COMPROMISSOS

Os principais compromissos firmados pela Sociedade relacionados à concessão da Rodovia BR-116 - SP/PR, conforme Contrato de Concessão, são:

- a) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, será de R\$8.436 em valores de julho de 2007. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$210.900, em valores de julho de 2007, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização será corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.



- c) Não cabe, durante a concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como pelo exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. A documentação relativa ao pedido de registro de sociedade anônima de capital aberto está em fase de análise pela CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.
- i) Em 30 de outubro de 2008, a Sociedade firmou termo de compromisso com a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo relativo a obras e outras melhorias a serem efetuadas no Parque Estadual do Rio do Turvo e na Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo, a título de indenização por utilização de área do Parque pela Sociedade. O valor do compromisso firmado é de R\$2.071.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas Taxas de Juros de Longo Prazo - TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração efetuou análise sensitiva considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos de aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+50%)</u>
CDI	8,75%	10,94%	13,13%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	23.708	28.665	33.245

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento do contrato, o que for menor.

c) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade possuía valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$6.725 e R\$57, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágio arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - "Sem Parar", registrados na conta "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Transações com partes relacionadas

Sobre os saldos a pagar à Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. há incidência de encargos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. Sobre os demais saldos a pagar a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 não há incidência de encargos financeiros, por tratar-se de contas a pagar por serviços prestados nas obras no exercício.

e) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos nem outros instrumentos de riscos semelhantes.

## 26. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 42 (\*) novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(\*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Sociedade está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade irá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

É com muita satisfação que apresentamos aos Senhores Acionistas o Relatório de Administração da Autopista Régis Bittencourt S.A. relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

### **1. CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

#### **NOSSAS ATIVIDADES**

A Autopista Régis Bittencourt S.A., uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que liga as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR). A concessão para administrar e conservar a Régis Bittencourt por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora entre as 13 apresentadas. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 3,8 bilhão durante sua vigência de 25 anos.

#### **O TRECHO ADMINISTRADO**

A Régis Bittencourt liga São Paulo a Curitiba e corta as cidades de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço, Jucituba, Miracatu, Jucuiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo; e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná. Ela tem 401,6 quilômetros de extensão, sendo 30,5 em pista simples e 359,3 em pista dupla. A Régis Bittencourt tem um papel importante na rede rodoviária brasileira, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL.

Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades das grandes cidades, apresentando perto de São Paulo, tráfego médio diário superior a 20 mil veículos. O tráfego atual é composto por um expressivo volume de ônibus e caminhões, que representam cerca de 70% do movimento total da rodovia.

#### **OPERAÇÃO DA RODOVIA**

Desde 15 de agosto de 2008, os mais de 100 mil motoristas que passam diariamente pela rodovia Régis Bittencourt têm a disposição os serviços de atendimento ao usuário: socorro médico, atendimento a veículos com problemas mecânicos, resgate de animais na pista, viaturas para combate a incêndio, inspeção de tráfego constante e telefone 0800 para solicitar atendimento: tudo operando 24 horas.

---

São, ao todo, 14 ambulâncias, 14 guinchos, três caminhões para combate a incêndio, três carros para apreensão de animais e nove viaturas para inspeção de tráfego. Para solicitar atendimento, tirar dúvidas sobre a concessão da rodovia ou fazer reclamações e sugestões para a concessionária, os usuários da Régis Bittencourt podem ligar para 0800 7090 116.

## MERCADO

Os programas de concessões de rodovias iniciaram-se a partir de 1994, quando os governos federais e estaduais estabeleceram programas com o propósito de evitar a deterioração das rodovias e promover o crescimento e melhoria da malha rodoviária, através de investimentos da iniciativa privada.

Os investimentos em modernização e ampliação da malha rodoviária afetada por estes programas são realizados com recursos provindos da cobrança de pedágios e de financiamentos de longo prazo - Project Finance - concedidos por bancos de fomento e bancos comerciais nacionais e estrangeiros, conjuntamente com aportes de capital realizados pelos acionistas das concessionárias.

Atualmente no Brasil existem 52 concessões rodoviárias entre municipais, estaduais, federais e PPP's, com aproximadamente 15.244 km administrados pela iniciativa privada.

A crescente participação da iniciativa privada no financiamento de projetos de infraestrutura é uma realidade derivada da limitação orçamentária e de endividamento do poder público, e visa atender à crescente demanda por investimentos nesse setor.

Por exemplo, em 21 de janeiro de 2009 foi concedido por um período de 25 anos, o lote de rodovias federais que compõem a 2ª Etapa do Programa Federal fase II de Concessões Rodoviárias, abrangendo 680,6 Km.

<b>Rodovia</b>	<b>Trecho</b>	<b>Extensão (km)</b>
BR – 116/324 BA	BR – 116 – Feira de Santana	554,10
	BR – 324 – Salvador – Feira	113,20
	BR – 526 / BR – 324 / BA – 528	9,30
	BA – 528 / BA – 526 / Aratu	4,00

*Fonte: ANTT*

## 2. CONJUNTURA ECONÔMICA

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas

---

governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do produto interno bruto.

O ano de 2009 iniciou-se com baixa expectativa em relação à atividade econômica brasileira. Frente aos primeiros nove meses de 2008 a produção industrial brasileira registrou, de janeiro a setembro de 2009, recuo de 11,6% como resultado de desempenhos negativos em 23 das 27 atividades industriais brasileiras e de 62 dos 76 sub-setores industriais brasileiros pesquisados pelo IBGE. O PIB brasileiro acumulado de janeiro a setembro de 2009 teve queda de 1,7% em relação a igual período de 2008, sendo que as atividades de indústria recuaram 8,6%, as de agropecuária recuaram 5,3% e os serviços cresceram 1,9%.

Entretanto, com o arrefecimento da tensão sobre o mercado financeiro mundial, adicionalmente a políticas econômicas adotadas pelas principais economias mundiais, incluindo o Brasil, a maioria dos indicadores macroeconômicos apresentou sinais de melhora a partir de meados do ano de 2009, apesar da expectativa dos agentes econômicos, conforme Relatório de Mercado do BACEN, de 11 de dezembro de 2009, apontarem queda de 0,26% no PIB e de recuo de 7,65% na produção industrial brasileira. A taxa de juros SELIC iniciou 2009 em 13,75% e encerrou o mesmo ano em 8,75%.

Especificamente em relação ao IPCA, que afeta diretamente os reajustes das nossas tarifas, tivemos uma desaceleração de 5,90% em 2008 para 4,31% em 2009. Já a inflação medida pelo IGP-M apresentou uma deflação de 1,72% em 2009, frente à alta de 9,81% em 2008.

Como conseqüência do melhor ambiente macroeconômico no final do exercício, as previsões do Relatório de Mercado do BACEN, de 11 de dezembro de 2009, indicam que o PIB brasileiro deverá crescer 5,03% em 2010 e que a produção industrial brasileira poderá avançar 7%, além de relativa estabilidade das taxas de inflação e câmbio.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### COMENTÁRIO DOS RESULTADOS

- **Tráfego Pedagiado:** No ano de 2009, a Autopista Régis Bittencourt S/A apresentou aumento considerável visto que o tráfego registrado no ano de 2008 é referente a apenas 3 dias de duas praças que entraram em operação em 29/12/2008. A Sociedade opera plenamente todas suas praças de pedágio desde 18/05/2009.

- **Receita Líquida:** A Autopista Régis Bittencourt S/A obteve uma Receita Líquida de R\$ 139,8 milhões no ano de 2009, ressaltando que a sociedade iniciou operação plena de suas praças de pedágio a partir de 18/05/2009.

- **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais totalizaram R\$ 75,4 milhões no ano de 2009, distribuídos em:

- (i) Custos operacionais de R\$ 51,9 milhões representando 68,87% do montante total;
-

- (ii) Despesas com o poder concedente de R\$ 13,7 milhões representando 18,2% do montante total;
  - (iii) Despesas gerais e administrativas de R\$ 9,7 milhões representando 12,9% do montante total;
- **EBITDA:** O EBITDA de 2009 foi de R\$ 64,5 milhões, apresentando em termos percentuais margem de 46,1%.
  - **Resultado Financeiro Líquido:** O Resultado Financeiro fechou em R\$ 23,7 milhões, e as despesas financeiras representaram 27,6 milhões decorrente principalmente de encargos referentes a empréstimos FINAME, Notas Promissórias, BNDES ponte e Mútuos.
  - **Lucro Líquido:** A Companhia obteve no ano de 2009 um lucro de R\$ 7,4 milhões, contra R\$ 99 mil comparado ao ano de 2008.
  - **Investimentos:** Foram investidos R\$ 199,4 milhões na Autopista Régis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
  - **Endividamento:** A Autopista Régis Bittencourt S/A encerrou o ano de 2009 com um endividamento de R\$ 377,6 milhões que se refere principalmente ao empréstimo ponte contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para fazer frente às necessidades de investimentos.
-

Veículos Equivalentes	2009	2008
<b>Total</b>	<b>102.048.021</b>	<b>230.922</b>

**AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
(em R\$ Mil)

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>153.072</b>	<b>346</b>
Receita de Pedágio - Federais	153.072	346
<b>DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(13.272)</b>	<b>(30)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	<b>139.800</b>	<b>316</b>
<b>CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(75.351)</b>	<b>(57)</b>
Custos Operacionais (Ex. Amort. e Depre.)	(51.894)	(12)
Despesas com Poder Concedente (Verba de Fis. e Desenv. Tec.)	(13.711)	-
Despesas Gerais e Administrativas (Ex. Amort.)	(9.746)	(25)
Tributárias		(20)
<b>EBITDA</b>	<b>64.449</b>	<b>259</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>46,1%</b>	<b>82,0%</b>
<b>DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>	<b>(28.944)</b>	<b>(131)</b>
<b>EBIT</b>	<b>35.505</b>	<b>128</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(23.693)</b>	<b>2</b>
Receitas Financeiras	3.995	2
Despesas Financeiras	(27.666)	-
BNDES	(9.929)	
Outras Despesas Financeiras	(17.737)	-
Variação Cambial Líquida	(22)	
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>11.812</b>	<b>130</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(4.364)</b>	<b>(31)</b>
Correntes	(4.364)	(31)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>7.448</b>	<b>99</b>



#### 4. PESSOAL

A estratégia de recursos humanos da empresa está diretamente ligada à estratégia global da OHL Brasil, que tem como princípio básico o desenvolvimento humano e profissional de seus empregados, pautada pela busca permanente do diálogo, visando proporcionar segurança, estabilidade, qualidade de vida e oportunidades de crescimento.

Todos os nossos processos de recursos humanos e contratos de trabalho dos empregados e parceiros seguem rigorosamente a legislação pertinente. Além disso, nos comprometemos em nossos Valores Filosóficos, com a construção e o cultivo da ética em nossas relações, o estímulo ao profissionalismo, lealdade e confiabilidade, buscando sempre inovação no nosso dia-a-dia.

Em 2009, nosso quadro de empregados teve um crescimento de 114% em comparação a 2008, ocupando atualmente 507 profissionais. O aumento do índice de rotatividade refletiu o momento de implantação da operação, a conseqüente adequação da estrutura da empresa às condições regionais e operacionais e à incorporação de novas funções, realizadas em um primeiro momento por prestadoras de serviços. A área de Arrecadação (cobrança do pedágio), tradicionalmente operada por empresas terceirizadas, especializadas neste processo, após abrangentes estudos de viabilidade (econômico e de qualidade), foi substituída por operação própria, conseguindo-se com a internalização da atividade, alcançar uma relação custo/benefício mais próxima à nossa estratégia para obtenção dos resultados pretendidos.

	2008	2009
<b>Empregados Diretos</b>	<b>237</b>	<b>507</b>
<b>Rotatividade</b>		<b>1,15</b>

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador equilibrado, com 46% de homens, contra 54% de mulheres. A média de idade está concentrada em 32 anos e a média de permanência na Companhia é de 1,4 anos de trabalho. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), verificada em 62,3% dos empregados. Destacamos que 15% possuem superior completo.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. oferece um pacote de remuneração atraente, incluindo participação nos resultados (PPR) e alinhado às práticas de mercado, o que contribui para a atração e retenção dos profissionais. O salário mínimo praticado foi 24% superior em relação ao salário mínimo do país.

#### 5. REDUÇÃO DE ACIDENTES

Dentro de sua estratégia para a prevenção de acidentes, a empresa vem tomando as medidas necessárias para a identificação e o tratamento de pontos considerados críticos, realizando a construção e a aquisição de novos equipamentos de segurança, tais como passarelas de

---

pedestres, barreiras de concreto, controle de limites de velocidade, melhor sinalização, ambulâncias, telefones de emergência, inspeção de tráfego e remoção de animais das rodovias.

A Autopista Régis Bittencourt S/A mantém em funcionamento 24 horas por dia os serviços de inspeção de tráfego e de atendimento pré-hospitalar, remoção de veículos, apreensões de animais, combate a incêndios e chamadas e buscas por meio do programa de serviço de atendimento ao usuário. Nossas equipes de inspeção de tráfego monitoram a rodovia, atentas a problemas e emergências que possam surgir, providenciando sinalização de emergência e tomando outras medidas, quando necessárias. Também operamos unidades de resgate móvel que estão equipadas para a prestação de primeiros socorros e evacuação, em caso de emergências médicas.

## 6. ATENDIMENTO AO USUÁRIO

O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu 313.465 atendimentos, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários, assim distribuídos em 2009:

Tipo de Atendimento	Quantidade de Atendimentos
Inspeção de Tráfego	99.045
Atendimento APH (atend. Pré-Hospitalar)	10.028
Guinchos leves	31.394
Guinchos leves e pesados	15.239
Caminhões pipa e de apreensão de animais	7.287
Atendimento combate a Incêndio	7.686
Apoio (outros)	6.832
Disque 0800	135.954
<b>Total</b>	<b>313.465</b>

---

## **7. POLÍTICA AMBIENTAL**

A Autopista Régis está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

Destacamos os plantios referentes a licenciamentos no ano de 2009 que perfizeram 21.876 mudas e os plantios realizados de acordo com o termo de compromisso com o parque Estadual do Rio Turvo, que perfizeram em torno de 20.065 mudas em 2009.

## **8. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Ao longo principalmente da última década, tem-se intensificado a discussão sobre o papel que as empresas possuem para minimizar os problemas sociais e ambientais. A visão tradicional que identificava que as empresas tinham como única função a geração de empregos e o desenvolvimento de produtos e serviços de forma lucrativa foi perdendo força e está sendo substituída por uma nova visão que considera a necessidade de a empresa incorporar os interesses dos diversos públicos impactados pela sua atuação.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente.

Foram desenvolvidos os programas Viva Ciclista, Passarela Viva e Viva Motociclista, que atuam na conscientização de públicos específicos. Estes programas levaram orientação e prevenção a 1.675 pessoas em 2009.

---

## **9. INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

## **10. AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal, à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

São Paulo, 05 de Fevereiro de 2010.

A Administração

---

## **ORÇAMENTO DE CAPITAL**

A Companhia ainda não aprovou o Orçamento de Capital para o ano de 2010, uma vez que é de competência da Assembléia Ordinária de Acionistas deliberar sobre o balanço do exercício, tal aprovação somente ocorrerá em abril deste ano, nos termos do § 2º do art. 196 da Lei 6.404/96, e alterações posteriores.

Desta forma a Companhia deixa de apresentá-lo, de acordo com o disposto na alínea (iv) do artigo 25 da Instrução CVM 480, que estabelece que o emissor deve entregar as DFs à CVM acompanhadas da Proposta de orçamento de capital preparada pela administração, **se houver**.

Após a realização da Assembléia Ordinária de Acionistas, a Companhia apresentará o referido orçamento de Capital à CVM.

São Paulo, 05 de Abril de 2010.

**Francisco Leonardo Moura da Costa**  
Diretor Adm. Financeiro e RI